



# PRESENÇA DE CLAUSEWITZ NO SÉCULO XX (A INTERPRETAÇÃO DE RAYMOND ARON)

Transcrito da Military Review – Edição Brasileira, 3º trimestre de 1986.

**Richard M. Swain, do Exército dos EUA**

*Karl von Clausewitz é tido como um dos grandes pensadores originais do mundo ocidental contemporâneo. Renasceu recentemente, pelo menos como inesgotável fonte de citações dos estudiosos de estratégia. O presente artigo sustenta que, para realmente entender e avaliar a importância de Clausewitz, também Raymond Aron deve ser lido.*

**H**abitualmente, a contribuição de um homem para o seu mundo é medida pela constatação da maneira como o seu desaparecimento é recebido. Por isso, não é irrelevante, como índice da posição do falecido Raymond G. Aron no mundo das idéias, que a sua morte, ocorrida em outubro de 1983 – coincidente com a publicação de seus dois últimos livros –, tenha estimulado um abrangente exame de sua marca pessoal no pensamento do século XX. Dois números do jornal britânico **Encounter** (janeiro e

fevereiro de 1984) dedicaram a maior parte de seu espaço a esta tarefa.

Aron era uma dessas mentes multidimensionais que resiste a classificação – filósofo, cientista político ou historiador? Judeu-francês intelectual, sua formação como pensador iniciou-se ao término de uma guerra mundial e estendeu-se até o final da outra. Viveu na Alemanha na década de trinta, primeiro como estudante e depois na qualidade de professor. Lá, testemunhou a ascensão de Adolfo Hitler e do nazismo.

Quando eclodiu a guerra, Aron sentou praça e, após a capitulação da França, rumou para Londres onde se incorporou às forças que se organizavam em torno de Charles de Gaulle. Nessa cidade, voltou-se para o jornalismo, profissão a que se dedicaria depois da guerra.

Aron retornou às lides profissionais em 1955, embora continuasse, concomitantemente, fazendo jornalismo e exercendo o magistério durante toda a sua ativa carreira. Com a experiência dos anos de sua formação, não chega a causar espanto que encarasse os eventos com o fatalismo de um cético, cujo mundo satisfizesse suas expectativas mais pessimistas. Também não constitui surpresa que sentisse certa afinidade ou familiaridade com o jovem filósofo militar prussiano de nobreza suspeita, cujos anos de formação foram passados na defesa da terra natal durante um outro grande período de efervescência ideológica e militar – a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. À semelhança de Aron, Karl von Clausewitz fugiu para o estrangeiro para lutar por sua pátria quando a viu forçada a se aliar ao conquistador.

Há três trabalhos criativos sobre Clausewitz, em inglês. Todos coincidentemente publicados em 1976. O primeiro é a tradução de Michael Howard e Peter Paret do **On War**, com ensaios introdutórios e interpretativos de Howard Paret e do finado Bernard Brodie. O segundo é a obra de Paret intitulada **Clausewitz and the State**,

uma biografia e história intelectual da essência do pensamento de Clausewitz. O terceiro é o livro **Clausewitz: Philosopher of War**, de Aron. Aron analisou **On War** no estágio em que a obra se encontrava quando Clausewitz a deixou de lado, ainda incompleta, em 1830. Ele explicitou as conclusões finais de Clausewitz sobre a guerra, particularmente a dicotomia existente entre o conceito abstrato de guerra absoluta e as imposições pragmáticas da guerra real. Finalmente, apontou as contradições que essas idéias finais geraram no que se vinha desenvolvendo como uma teoria abrangente da guerra. Todas essas matérias continham claras alusões aos interessados no uso da força como instrumento político da era nuclear.

Aron escreveu que, “além de filósofo da guerra, Clausewitz podia ser chamado um teólogo da guerra”. Essa colocação de modo algum significava que o prussiano estivesse interessado na propagação dessa crença, mas, isso sim, que “ele questiona a existência da guerra não mais do que o teólogo a de Deus”.<sup>1</sup> O mesmo poderia ser dito de Aron, que iniciou a sua reflexão sobre os acontecimentos contemporâneos ao salientar que, se não como fim mas quando mais não seja como meio, o uso a força persiste como um componente das relações internacionais no final do século XX.<sup>2</sup> Apresentou provas suficientes da utilidade da força para convencer qualquer um de que não acreditava no desaparecimento imediato da



guerra, quer como resultado da proliferação de armas nucleares, quer através da criação de alguma legitimidade supranacional.

Clausewitz e Aron buscaram submeter o fenômeno da guerra à razão, tanto no campo do abstrato como no da prática. Foram ambos influenciados por suas respectivas histórias. Clausewitz desejou entender a revolução que se processava na guerra entre o período de Frederico, o Grande, e a época de Napoleão Bonaparte. Aron preocupava-se com os ostensivos excessos das guerras da primeira metade do século XX e os perigos subjacentes a um sistema internacional dominado por potências capazes de destruição mútua instantânea.<sup>3</sup> Estava bem cômico de que, neste século, a violência entre Estados ultrapassara os limites da razão e isso podia vir a se repetir. O que ele e Clausewitz tinham certeza era de que tais excessos, embora explicáveis, não constituíam elementos lógicos ou essenciais da guerra.

A pedra angular da estrutura crítica de Aron foi a penetrante análise das conclusões finais de Clausewitz (nas palavras de Aron, a "síntese final") sobre a guerra. Lendo os comentários de Clausewitz e colocando as diversas partes de *On War* na ordem em que foram escritas ou revisadas, Aron produziu um modelo intelectual das idéias conclusivas de Clausewitz, que é elegante na forma e profundo em seus desdobramentos.

Na maior parte de sua vida adulta, Clausewitz escreveu sobre

o tema da guerra. Paret provou que muitas das idéias encontradas em *On War* podem ter sido formuladas muitos anos atrás, lá por 1804. Clausewitz começou a redigir seu tratado em 1816, na cidade de Coblenza. Por volta de 1827, tentara duas versões. Em uma nota escrita no mês de julho daquele ano, declarou-se insatisfeito com seu trabalho de onze anos atrás e manifestou a intenção de reescrever ou rever a obra mais uma vez. Pretendia tornar mais claros os dois tipos de guerra e a idéia de que "a guerra nada mais é do que a continuação da política por outros meios".<sup>4</sup> O que o levou a essa decisão?

Clausewitz pusera-se a elaborar uma teoria da guerra completa em suas linhas mestras, corretas na lógica e coerente com a experiência. Paret caracterizou o método de Clausewitz como fenomenológico\*. O que equivale a dizer:

**... tomou um determinado fenômeno, modificou-o em sua imaginação para constatar que propriedades se revelavam essenciais e quais as que poderiam ser retiradas (no campo das idéias) sem afetar a sua essência.**<sup>5</sup>

Até o final de sua carreira, Clausewitz tratou a guerra como um fenômeno distinto influencia-

\* Fenomenologia: escola filosófica moderna cujo método não reconhece a existência de pressupostos, abordando o fenômeno em análise através da intuição. Tudo aquilo que não é aprendido - e em consequência não consegue chegar ao nível de consciência - é excluído. (Nota da Editoria Brasileira.)



do pelo meio ambiente, mas dele bastante independente. Essa técnica levou-o, logo, à concepção de guerra absoluta – uma guerra de violência sem limites, cuja finalidade só poderia ser a destruição ou derrota do inimigo. Esse era o modelo que parecia se ajustar às peculiaridades da era napoleônica.

A dificuldade estava em que, apesar de teoricamente satisfatória, essa conclusão divergia da experiência histórica, que registrava muitas guerras de exceção a essa perfeição conceitual. Aron julgava que Clausewitz pode ter se apercebido dessa deficiência quando escreveu o Capítulo 30 do Livro VI, o primeiro no qual aborda um segundo tipo de guerra – ou seja, a guerra “na qual uma decisão não constitui o objetivo”. Clausewitz admitia essa espécie de conflito somente como “uma variante... da forma absoluta da guerra”.<sup>6</sup> A “Nota de 1827” revela que essa fórmula não satisfazia completamente. A esta altura, Clausewitz já tornara sua concepção da guerra mais clara, ao admitir, em lugar de um modelo teórico único, uma dialética de tipos na qual a diferença essencial residia nos meios utilizados para a restauração da paz.

O primeiro tipo de guerra tinha por finalidade a derrota do inimigo e uma paz imposta; o segundo, a ocupação do território para facilitar um retorno negociado à paz. A necessidade de explicar essa nova dialética levou à nova idéia de supremacia, até mesmo de predominância, da polí-

tica na condução da guerra.<sup>7</sup> Essas foram as idéias que o levaram a uma completa revisão de sua obra, jamais concluída. A partir da “Nota de 1827”, Aron acompanhou a evolução dessas idéias fecundas, através da revisão que se seguiu do Livro VIII, até o seu burilamento no Capítulo 1 do Livro I. Esse foi o único capítulo que Clausewitz deu por terminado, quando colocou de lado os seus escritos em 1830 para retornar ao serviço ativo.

Aron enfatizou particularmente os anos de 1827 a 1830, ao estudar os escritos de Clausewitz do período; e observou-o deslocando-se num sentido totalmente diferente do seguido de 1804 a 1826. A mudança não traduzia rejeição às antigas idéias e posições, mas o acolhimento a uma nova e mais ampla perspectiva de velhos problemas, uma perspectiva que oferecia novas possibilidades para a ajustagem da teoria com a prática. As implicações desta mudança de direção foram tão significativas que o entendimento completo da herança de Clausewitz deve nascer da compreensão da síntese desenvolvida ao longo daqueles anos e de seus reflexos nos escritos precedentes.

Ao ordenar os escritos de Clausewitz na seqüência em que foram redigidos, Aron investigou a tentativa do filósofo de entender as razões por que a guerra real normalmente não se conforma às imposições lógicas intrínsecas ao fenômeno em si. Primeiramente, no Capítulo 30 do Livro VI, Clausewitz procurou ajustar a



experiência à teoria ou, se absolutamente impossível, ampliar a teoria, de modo a abarcar a realidade. O livro VI limita-se a reconhecer a guerra não absoluta como uma exceção à norma.

A "Nota de 1827" definiu os extremos do **continuum** da guerra, localizando a de destruição em um extremo e a de observação no outro. A esses dois conceitos seguiu-se a idéia de que a guerra era uma continuação da política por outros meios, conceito que, pela primeira vez, sustentava que a condução da guerra poderia estar sujeita a influências extrínsecas. Tal proposição foi mais desenvolvida no Capítulo 2 do Livro VIII, embora a forma absoluta ou conceptual de guerra retivesse um certo orgulho de se alicerçar na teoria se não na experiência.<sup>8</sup>

O Capítulo 1 do Livro I é o arquetípico segmento da teoria clausewitziana. Em sua metodologia, em sua essência e no evidente convencimento do seu autor, representa o extrato do pensamento de Clausewitz sobre a guerra. O capítulo inicia com o que Aron identificou como uma definição monística\* da guerra – "a guerra é um ato de força para compelir o inimigo a fazer a nossa vontade". A partir daí, Clausewitz demonstrou que, pelo menos em teoria, o caráter de reciprocidade da guerra traz consigo a for-

ça motriz que impele aos extremos da violência. Portanto, o objetivo lógico da guerra deve ser desmontar (e depois fazer capitular) o inimigo.

Clausewitz seguiu essa linha de raciocínio que Aron considerou um dos trechos mais profundos e mais freqüentemente desprezados – a sexta parte do Capítulo 1, "Modificação na Prática".<sup>10</sup> Neste trecho, Clausewitz indicava com nitidez o irrealismo de descrições abstratas e sua inadequação para resolver questões práticas.

Clausewitz, a seguir, voltou a sua atenção para essas influências contrárias à escalada dos extremos – o efeito condicionante das circunstâncias, as dificuldades em levar todos os meios de guerra a atuarem simultaneamente e o fato de os resultados da guerra não serem sempre definitivos. Por esses motivos, a guerra se torna uma questão de avaliação subjetiva, função de probabilidades observáveis. O objetivo político vem a ser mais ou menos predominante na definição do objetivo militar e do esforço necessário para alcançá-lo, em razão de sua importância para o inimigo.

A essas considerações ele acrescentou a não-polaridade ou assimetria ofensivo-defensiva, os efeitos de um conhecimento impecado da situação e o sempre presente elemento oportunidade. Finalmente, concluiu a sua análise da guerra real, desenvolvendo a idéia de que a guerra é um ato de política. Guerra e Política constituem um binômio de meios

\* Monismo: termo que se aplica a qualquer teoria que explique fenômenos em análise através de um determinado princípio unificador ou essência única (Nota da Editoria Brasileira)



e fins, em que a lógica impõe que se empreguem os meios proporcionalmente ao fim desejado e, reciprocamente, que o objetivo estabelecido não exceda a capacidade dos meios.

O pensamento de Clausewitz sobre guerra real conduzia enfim a uma definição empírica revisada, chamada por Aron de "a síntese final". É a tríade singular de Clausewitz:

**A violência, o ódio e a aversão primordiais devem ser encaradas como forças cegas naturais; . . . o jogo das oportunidades e probabilidades dentro de cujos limites o espírito criativo é livre para vagar; e os seus elementos de subordinação como instrumento da política, que o faz subordinado exclusivamente à razão.**<sup>11</sup>

Aron percebeu o uso por Clausewitz de dois níveis distintos de abstração.<sup>12</sup> O mais importante, ao nível conceptual, era a diferenciação feita entre guerra absoluta e real. Aron referia-se ao reconhecimento da irrealidade da guerra absoluta como fundamento da estrutura conceptual de Clausewitz.<sup>13</sup> Os dois extremos da guerra real - guerra de destruição e guerra de observação - existem a um outro nível. A isso foi acrescentado o que Aron denominou "a idéia decisiva da ação política através das armas. . . que é a base da uniformidade do conceito de guerra. . ." <sup>14</sup> É a influência da política, como elemento de limitação externa da natural escalada para os extremos, que distingue a guerra real da absoluta e unifica

suas diversas formas em um conceito único.

Apresentados tais pontos de vista, determinadas conclusões sobre as concepções finais de Clausewitz se tornam claras. Antes de tudo, a guerra total (uma forma extrema de guerra real) e a guerra absoluta não são idênticas. A guerra absoluta atinge os extremos devido às exigências intrínsecas à sua natureza. A guerra total aproximar-se-ia desse mesmo nível de violência somente em função das necessidades políticas.<sup>15</sup> Para Aron, "não é, portanto, a limitação das hostilidades mas a escalada em direção aos extremos na guerra real que exige explicação".<sup>16</sup>

A guerra absoluta, por ser irreal, não é a forma ideal, no sentido de constituir um objetivo a alcançar. É "ideal" apenas na amplitude em que se revela um conceito independente de influências externas, influências que representam meios de equilibrar os interesses em jogo e os esforços de satisfazê-los. Indo mais além, se cabe à política aplicar a razão ou a racionalidade à guerra, então não se pode propriamente rejeitar a intervenção da política nas operações, nem se pode logicamente falar de uma autonomia nas avaliações militares ao fazer a guerra. Desta forma, Harry S. Truman, e não Douglas Mac Arthur, torna-se o clausewitziano.

Porque jamais foi concluído, Aron viu no tratado um enigma, uma ambigüidade que Clausewitz nunca solucionou:

**Até que ponto é a definição**



**monista – o princípio supremo da decisão pelas armas da destruição das forças armadas inimigas – conciliável com os dois tipos de guerra, com a tríplice definição de guerrã, com o primado da política?**<sup>18</sup>

Como conciliar as imposições da guerra que emergem de sua natureza essencial (se irreal) com os ditames da razão – da guerra como meio para atingir um fim político de maior dimensão? No último quartel do século XX, estes problemas revestem-se da maior expressão. Pela primeira vez, o homem dispõe de meios para empreender alguma coisa muito parecida com a guerra absoluta.

Aron reduziu o corpo do tratado a três principais pares conceituais dialéticos: meios e fins, forças morais e físicas e ataque e defesa. As inferências de Aron relativas aos dois primeiros tinham caráter convencional.

Ele não desconhecia as limitações da teoria de Clausewitz, consequência do pressuposto de os exércitos em confronto possuírem tecnologia, armamento, organização e instrução iguais. Tampouco ignorava a influência da própria experiência de Clausewitz na concepção que tinha da natureza da batalha. As maiores críticas de Aron estavam reservadas para o Livro VI, que tratava de "Defesa".<sup>20</sup> Tais críticas, que especulavam sobre as implicações dos comentários pessoais de última nota de Clausewitz, foram provavelmente redigidas em 1830.<sup>21</sup>

O Livro VI ocupa uma posição

central na teoria da guerra de Clausewitz, não só porque, evidentemente, proporcionou-lhe estímulo para o seu reconhecimento crítico da irrealidade da guerra absoluta, mas também porque, para ele, era a defesa, e não o ataque, que continha o esforço – a característica essencial da guerra na qualidade de fim imediato.<sup>22</sup> O Capítulo 8 aborda a defesa de um teatro de guerra que, em contraste com a defesa de uma posição (uma questão tática) ou de um país (influenciado por circunstâncias políticas), ilustra mais claramente o fenômeno da defesa propriamente dita.

A maior parte do Livro VI se identifica aos primeiros trabalhos de Clausewitz, em que o autor busca uma coerência teórica através da escalada interminável da violência. O único objetivo adequado em tais circunstâncias era a destruição do inimigo. A defesa era vista como nada mais do que um meio superior para se atingir esse fim. Aron salientou a contradição inerente a esse ponto de vista, tanto interna (o que restaria da maior capacidade de resistência da defesa ao passar o defensor à ofensiva) como externamente, como elemento integrante de uma teoria que advoga ser o acordo negociado um objetivo de guerra tão válido quanto a paz imposta.

Aron questionava:

**Por que, politicamente, não basta abater do inimigo a sua vontade de conquistar (ou destruir). . . ? Quem quer que consiga repelir o inimigo ou manter o**



que ele pretendia conquistar, impôs a sua vontade ao adversário.<sup>23</sup>

Aron identificou Mao Tsé-tung como o verdadeiro praticante da defesa clausewitziana – ao armar o povo e associar a estratégia defensiva com a ofensiva tática para conseguir uma progressiva inversão do poder de combate, passando, a seguir, ao ataque na busca da aniquilação do inimigo.<sup>24</sup> Porém, concluiu a sua análise com a seguinte observação:

**Transposta para a rivalidade entre Estados nucleares, esta mesma interpretação conduziria a uma luta até a morte, na qual os dois beligerantes sucumbiriam juntos. A esta altura, a outra interpretação ressurgiu: é bastante para a defesa conseguir destruir não as forças armadas inimigas mas a sua intenção de lutar.**<sup>25</sup>

O objetivo de aniquilação é essencial ao nível tático e valioso, mas altamente arriscado, no nível operacional. É, com total probabilidade, suicida, quando aplicado ao nível estratégico da guerra entre superpotências.

Da "síntese final" de Clausewitz e do difundido aforismo de que "a guerra é meramente a continuação da política por outros meios" (que Aron rotulou de "a fórmula"), foram extraídas duas idéias essenciais para evitar o erro do exagero. São elas: "correr um risco proporcional ao ganho e manter contato com o adversário".<sup>26</sup> A idéia de proporcionalidade entre meios e fins é axiomática. É o mecanismo que, por intermédio da fórmula, impõe um

limite lógico à escalada aos extremos.

Na verdade, Aron sustenta outra tese que, de pronto, pode surpreender os doutrinados na idéia de que "não há substituto para a vitória". Aron salienta que Clausewitz atribuiu o conceito de vitória (**sieg**) à tática, isto é, ao engajamento.<sup>27</sup> O fim da guerra e da estratégia não é a vitória, mas a paz. Tal concepção foi tornada explícita por J. F. C. Fuller\*, cem anos depois de Clausewitz concluir que assim o era.

Proporcionalidade diz respeito à avaliação dos benefícios a serem atingidos e dos custos que envolvem a ação ou a inação.

A proporcionalidade depende da "vitória do entendimento político sobre a paixão".<sup>28</sup> Essa é uma tarefa mais fácil para o estudioso do tema que faz uma análise retrospectiva do que para o estadista, a quem cabe não só controlar as suas próprias paixões como também as do povo e de toda sorte de assessores sem responsabilidade individual pela decisão que lhe cabe tomar. Segundo Aron, o estadista é a figura sobre a qual recaem as maiores exigências da guerra. É ele que se vê compelido a servir de media-

\* J. F. C. Fuller: militar e historiador britânico que combateu na Guerra Sul-Africana (1899-1902) e na 1ª GM. Nesta última, foi o planejador do primeiro ataque de blindados em massa, quando investiu sobre Cambrai, na França, em 1917. Entre os seus trabalhos incluem-se **Tanks in the Great War** (1920) e **On Future Warfare** (1928), que muito influenciaram o pensamento militar dos anos que mediarão as duas Guerras Mundiais. (Nota da Editoria Brasileira.)



dor entre as exigências da guerra e as necessidades políticas.<sup>29</sup>

Mas, preocupante para Aron, eram os construtores de situações hipotéticas que assessoraram os presidentes dos EUA na era nuclear. Inquietava-se com a tendência de eles pintarem um inimigo demoníaco e, a partir daí, "deixarem-se tomar pelo pânico".<sup>30</sup> Talvez ignorassem o fato de que um intercâmbio nuclear, embora constitua sempre uma possibilidade, não serve melhor ao Kremlin do que à Casa Branca, se a aniquilação mútua for o desfecho. Aron identificou "períodos revolucionários" na História, em que a proporcionalidade não se constituiu, de modo algum, em poder moderador, devido à inconciliável natureza dos interesses em conflito. Mostrava-se cético quanto à capacidade de um lado quantificar com precisão os interesses do outro.

Além disso, Aron não confundia ideologia com intento revolucionário. Notou a tendência até mesmo dos Estados-partidos em se identificarem como entidades distintas no sistema internacional e optarem por seus próprios interesses nas disputas mundiais, uma vez consolidados no poder. Concluiu que, ainda por algum tempo, as guerras entre superpotências devem ser inevitavelmente conflitos em que a destruição não será o objetivo.

O que Aron julgava limitar o objetivo das guerras envolvendo as superpotências era o reconhecimento de que, não obstante as diferenças passíveis de levar à

violência, os contendores partilhavam o interesse comum de restringi-las. Aron escreveu:

**A ameaça do suicídio em comum atuando como pára-choque deve, afinal de contas, ser mais eficaz do que a maior capacidade de defesa que o Estado agressor consiga muitas vezes desenvolver através de inovações técnicas e de métodos.**<sup>31</sup>

Essencial à manutenção da proporcionalidade é a certeza do Estado de que a sua moderação não o levará ao desastre. Clausewitz, uma testemunha de 1806, foi bem claro no que tange aos perigos aí existentes e alertou que as limitações na condução da guerra requeriam um acordo implícito entre as partes contendoras, com receio de "no momento exato em que o inimigo brandisse pesada espada, de nada se dispusesse para a ele se opor, salvo um florete de adorno".<sup>32</sup> Aron, como testemunha de 1940, assim se expressou:

**A guerra que termina sem que qualquer dos beligerantes seja destruído. . . finalmente parece normal – somente sob a condição de que os adversários se conheçam, um ao outro, e saibam mais ou menos o que podem esperar e temer mutuamente.**<sup>33</sup>

Isso, por sua vez, requer um conhecimento realístico da natureza histórica do nível das comunicações entre as partes envolvidas na guerra. Aron argumentava repetidas vezes que a deflagração da guerra ou o emprego da violência não exige o abandono dos meios normais de comunicação;



pelo contrário, estes complementam aqueles.

A comunicação de intenção entre as partes beligerantes não se restringe a conversações sobre ações diplomáticas, econômicas ou militares; ao contrário, deve abarcar estes três campos. O objetivo deve ser o de transmitir ao adversário a firmeza de intenções em atingir o objetivo que se pretende e a determinação de limitar as ações subseqüentes, antes que elas cheguem a ameaçar muito seriamente a sobrevivência ou outros interesses vitais. A probabilidade de que tal comunicação surta efeito deve ser descoberta na percepção que o inimigo tem de seu próprio interesse. Isto pode ser influenciado por forças internas e fatores externos, alguns deles estranhos ao conflito imediato. Em última análise, não se deve ser ingênuo em acreditar que a comunicação retificará qualquer distorção de julgamento sobre a disposição inimiga de expandir um conflito além do ponto que sirva ao interesse de uma das partes. A guerra continua sendo uma atividade a dois, em posições contrárias, sujeita a duas vontades independentes.

A confrontação direta entre os Estados Unidos e a União Soviética não acontece num campo de batalha. O mais próximo a que a isso chegaram ocorreu na crise cubana do princípio da década de sessenta. Em 1976, Aron concluiu que esta fora uma confrontação diplomático-militar mais ou menos tradicional, solucionada pelo reconhecimento por um dos lados

da nítida superioridade do outro, em termos de poder bélico **utilizável, local e convencional**.<sup>34</sup> Aron não negou a importância das armas nucleares para a visão do mundo sustentada pelos protagonistas, mas creditou a tais engenhos pouco impacto além da contribuição como influência moderadora e para a intensificação das ansiedades. Concluiu que, como armas de submissão impositiva, haviam já se tornado bem irrelevantes. Os esforços soviéticos de desenvolver meios capazes de dar maior dimensão a seu poder militar convencional podem advir de conclusões semelhantes.

Apesar de um conflito direto entre as superpotências não se ter concretizado, Aron pôde salientar que um espectro de guerras "do terror ao terrorismo individual" tiveram existência desde 1945.<sup>35</sup> Dentro desse espectro, acham-se guerras nacionais de libertação, guerras clássicas e híbridas, tais como os vários conflitos travados no Vietnã e na América Latina. O sistema europeu de Estado, tão fundamental para a teoria de Clausewitz, foi substituído por um sistema mundial heterogêneo, sob a égide das superpotências e não por elas dominado.

A situação e a tecnologia bélica mudaram enormemente, mas Clausewitz conserva muito de sua relevância original. E, se isso acontece, é porque, em 1827, ao invés de procurar responder à indagação se a guerra deveria ou não existir, Clausewitz argüiu por que ou com que fim a guerra existe como marca característica da



experiência humana. Clausewitz lembrou-nos que as armas não provocam as guerras, os homens sim, é que as provocam – fato em que Aron acreditava e de que os estrategistas soviéticos nunca se esqueceram.<sup>36</sup> A existência de diferenças políticas em algumas áreas, até mesmo a ponto de levarem à guerra, não implica necessariamente admitir que todos os interesses comuns estejam eliminados. A humanidade não está nem condenada à destruição radioativa nem livre de guerra convencional em razão da existência de armas nucleares.

Tem-se sustentado que os eventos ocorridos a partir de 1945 evidenciam a incapacidade dos planejadores militares norte-americanos de realizar com êxito a integração da força com a diplomacia na persecução dos objetivos nacionais.<sup>37</sup> A ser isto verdade, uma avaliação isenta das teorias de Clausewitz e dos pensamentos de Aron constituem um bom ponto de partida para o desenvolvimento da visão mundial sobre a qual se alicerçam conhecimentos tão necessários.

## BIBLIOGRAFIA

1. Raymond Aron, **Clausewitz: Philosopher of War**, traduzido por Christine Booker e Norman Stone, Routledge & Kegan Paul, Londres, Inglaterra, 1983, pp. 15 e 101.
2. *Ibid.*, p. 315.
3. Ver Raymond Aron, **War and Industrial Society**, traduzido do francês por Mary Bottomore, Greenwood Press, Westport, Conn., 1980, e Raymond Aron, *The Century of Total War*, Doubleday & Co., Nova Iorque, EUA, 1954.
4. Karl von Clausewitz, **On War**, editado e traduzido por Michael Howard e Peter Paret, Princeton University Press, Princeton, Nova Jérsei, EUA, 1976, p. 69.
5. Peter Paret, **Clausewitz and the State**, Oxford University Press, Nova Iorque, EUA, 1976, p. 358.
6. Clausewitz, *op. cit.*, p. 501.
7. Aron, **Clausewitz: Philosopher of War**, *op. cit.*, p. 58.
8. Clausewitz, *op. cit.*, p. 581.
9. *Ibid.*, p. 75.
10. *Ibid.*, p. 78.
11. *Ibid.*, p. 89.
12. Aron, **Clausewitz: Philosopher of War**, *op. cit.*, pp. 79-80
13. *Ibid.*, p. 67.
14. *Ibid.*, p. 81.
15. *Ibid.*, p. 89.
16. *Ibid.*, p. 83.
17. *Ibid.*, p. 7.
18. *Ibid.*, p. 87.
19. *Ibid.*, p. 125.
20. *Ibid.*, p. 130.
21. Clausewitz, *op. cit.*, p. 70.
22. *Ibid.*, pp. 370 e 377, e Aron, **Clausewitz: Philosopher of War**, *op. cit.*, p. 148.
23. *Ibid.*, p. 166.
24. *Ibid.*, pp. 170-171.
25. *Ibid.*
26. *Ibid.*, p. 104.
27. *Ibid.*
28. *Ibid.*, p. 340.
29. *Ibid.*, pp. 86 e 101-5.
30. *Ibid.*, pp. 325 e 340.
31. *Ibid.*, p. 382.
32. *Ibid.*, p. 110. A tradução de Aron é mais colorida e talvez mais expressiva do que a de Howard & Paret. Clausewitz, *op. cit.*, p. 99
33. Aron, **Clausewitz: Philosopher of War**, *op. cit.*, p. 84.
34. *Ibid.*, p. 320 e as páginas seguintes. Como todas as condensações, esta tende a vulgarizar o que, para Aron, tratava-se de uma complexa série de circunstâncias e colocações. Aron não negava os perigos implícitos na existência de armas nucleares ou os temores dos responsáveis pela tomada de decisões dos EUA. O que objetava era a utilidade de tais armas neste ou em incidentes semelhantes.
35. *Ibid.*, p. 346.
36. *Ibid.*, p. 341.
37. Joseph Kraft, "Power and the Pentagon", **The Washington Post**, 8 Abr 84, p. C8.





*O Tenente-Coronel Richard M. Swain é aluno do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, Forte Leavenworth, Kansas. Formou-se na Academia Militar dos Estados Unidos. Possui mestrado e doutorado realizados na Universidade de Duke e é diplomado pela EsCEME/EUA. Serviu no Gabinete do Inspetor Geral, do VII Corpo-de-Exército, em Stuttgart, Alemanha Ocidental; comandou o 2º Grupo do 28º Regimento de Artilharia de Campanha; trabalhou na Inspetoria Geral do Departamento da Guerra, em Washington, D.C., bem como na Subchefia de Administração do Gabinete do Chefe do Estado-Maior, em Washington, D.C.*